

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
2

Ata de Reunião

Ao trigésimo primeiro dia do mês de Maio de dois mil e vinte e três, às nove horas da manhã, reuniram-se no Palácio das Araucárias representantes e conselheiros da sociedade civil do Conselho Estadual dos Povos Comunidades Tradicionais, Conselheiros e representantes Governamentais e o Ministério Público. **Participantes: Conselheiros Governamentais:** Jane Cristina Lobato Vasques; Ellen Cunha do Nascimento; André Luiz Serio; Rodrigo Luiz Freitag; Lucimar Pasin de Godoy; Elaine Lima; Denilto Laurindo; **Conselheiros da Sociedade Civil:** Ana Maria dos Santos; Suely Alipio dos Santos; Robson Borges Arantes; Dimas Gusso; Zuleide dos Santos; Ana Maria dos Santos da Cruz; Misael Jefferson Nobre; **Ministério Público: Ana Carolina Brolo de Almeida e Dalva Marin Medeiros; Secretária Executiva:** Isabella A. Andreolla. **Discussão:** Em primeira pauta debateu-se a possibilidade de a reunião iniciar com quórum abaixo do mínimo, ainda que paritário. Os conselheiros debateram a necessidade de reforçar a participação dos representantes da sociedade civil na transmissão online. **Misael:** Precisamos pensar numa forma de os suplentes participarem junto conosco, pois lá na base não é possível saber o que estamos debatendo aqui. **Denis:** Talvez, possamos alterar a Lei do Conselho para diminuir o quórum mínimo. **Robson:** De acordo, para que não tenha que cancelar novas reuniões pois temos dificuldade de manter o quórum mínimo. **Isabella:** Juridicamente é inviável fazer a alteração, provavelmente a PGE não vai permitir, uma vez que o quórum serve para dar segurança jurídica às decisões. **Denis:** Podemos tentar mudar a lei, pois é a da vontade dos conselheiros. **Ana Brolo:** O quórum serve para proteger os direitos da sociedade civil, por isso é necessário que haja mais pessoas da sociedade civil do que do governo, para defender os interesses da sociedade civil. Foi instituído para que o Estado promova esforços em garantir a participação da Sociedade Civil, viabilizando os meios necessários. **Isabella:** Desde fevereiro foi feita a solicitação dos cartões corporativos, além disso orientamos diversas vezes que os conselheiros fossem fazer as senhas dos cartões, pois o estado viabiliza transporte, hospedagem e alimentação para que os conselheiros possam participar das reuniões e ações. **Misael:** É verdade, porém muitos conselheiros não entendem muito bem como funciona, principalmente os suplentes, que não participam sempre das reuniões e conferências. Seria ideal fazermos uma formação junto com os suplentes, que eles pudessem vir acompanhar. **Denis:** Não é possível fazer solicitação de viagens de titular e suplente ao mesmo tempo, pois não há previsão orçamentária para isso, vamos estudar e debater a possibilidade de alterar a lei para diminuir o quórum mínimo justificando a especificidade dos povos e comunidades tradicionais, ou fazer reuniões híbridas. **Ana Brolo:** Quero falar também sobre a Conferência, pois vi que há uma pauta de eleição, e se for realizada a recondução dos conselheiros sem realização de uma conferência, há um problema, haja vista que a lei do conselho vincula a eleição à realização da conferência. **Denis:** Nós iremos abordar a pauta da Conferência quando chegar nesse ponto de pauta, vamos à ordem do dia. **Dimas:** A conselheira Ana Maria Benzedeira entrou na reunião e agora temos quórum. **Encaminhamentos:** Possibilidade de alteração da Lei

50 para reduzir o Quórum Mínimo; Realização de Formação com os Suplentes;
51 Organização da comissão da Conferência. **Tema:** Leitura da Ata de Fevereiro
52 de 2023. **Tema:** Leitura da Ata de Fevereiro de 2023. **Discussão:** **Isabella:**
53 Para aprovação da ata, é necessário que todos tenham lido. **Ana Maria:**
54 Podemos ler o documento agora? **Isabella:** O documento tem 30 páginas, não
55 será possível fazer a leitura total. **Robson** sugeriu um relato simples das
56 pautas e encaminhamentos. **Dimas:** Vou na linha do Robson, devemos passar
57 alguns pontos. **Isabella:** Em fevereiro foi debatido a questão dos cartões
58 corporativos. Aprovamos o relatório circunstanciado da SEJU, esta semana
59 será publicado no site. Estamos com dificuldade de conseguir sala aqui por
60 conta da lotação do prédio, portanto reforço que não podemos mais alterar o
61 calendário oficial, a fim de evitar problemas técnicos, como o deste reunião que
62 provavelmente não ficará gravada, nem a da parte da tarde, já que teremos
63 que fazer no saguão. **Denis:** Foi aprovado o grupo do CPECT para formação da
64 força verde, porém com a reforma administrativa houve também mudança no
65 comando da polícia ambiental e não conseguimos levar adiante, porém está na
66 pauta prioritária dos encaminhamentos. **Misael:** Quando muda governo muda
67 chefia, ainda assim precisamos respeitar práticas tradicionais, e não parar o
68 trabalho iniciado. **Isabella:** O ponto 8 da ata de fevereiro é o ponto 5 da pauta
69 deste mês: a comissão organizadora de eleição, que pelo que o Denis, vice-
70 presidente me alertou, é na verdade, alternância de cargos, sai a sociedade
71 civil e entra Governo. Tenho uma proposta: fazer uma força tarefa de alteração
72 da lei do CPECT, para publicar um decreto unificado de todos os conselheiros.
73 Ainda que permaneçam todos os conselheiros, ratificamos a indicação e
74 realizamos a distribuição das cadeiras dos indígenas. **Ana Carolina:** Duas
75 dúvidas: 1) em relação ao quórum mínimo (começamos paritário, não através
76 do mínimo). 2) a ideia é aumentar isso para que não precisasse ser 8? Essa foi
77 uma discussão que tivemos há anos, para que tivessem um esforço do Poder
78 Público para que as comunidades tradicionais estivessem presentes. Eu acho
79 que essa mudança precisa de bastante debate. **Denis:** Ministério Público.
80 aqui estamos a serviço das comunidades tradicionais. Se por decisão a
81 plenária decidir que o quórum paritário não pode prosseguir com a reunião,
82 suspendemos a reunião. Mas a minha preocupação é de que houve
83 deslocamento da sociedade civil, isso gera problemas técnicos. **Ana Carolina:**
84 Se for discutida a mudança da regra do quórum, isso deve ser feito com
85 muita calma. Por conta de diversos fatores, como conectividade e afins.
86 Temos perguntado há bastante tempo sobre a conferência. As comunidades
87 precisam pensar em políticas públicas em conjunto. **Isabella:** Essa eleição
88 vai funcionar: os representantes indicam seus nomes e o Governo também? A
89 mesa concordou. O ponto 9 foi debatido o fechamento da escola da
90 comunidade de Faxinal de Boa Vista em Turvo. Não houve retorno, a chave
91 parou na diretoria do colégio. **Dimas:** Foi só protocolo? Não conversaram com
92 a SEED? **Denis:** Só enviamos o protocolo, mas temos uma reunião em breve
93 com eles e podemos levar isso para a reunião, pois temos outras demandas.
94 Posso conferir o protocolo e ter uma resposta à tarde. Mas a audiência com o
95 secretário é mais eficiente. **Robson:** Nós enquanto sociedade civil temos



96 que pensar em prazo, faz 2 anos que temos debatido alguns assuntos. Acho
97 bom pensarmos em prazos de tudo que fizemos. **Jane:** Vamos terminar de ler
98 os pontos da ata para aprovação. Falar da eleição.

99 **Denis:** O próximo presidente será eleito através dos conselheiros
100 governamentais e apresentado na reunião da tarde. **Jane:** Devido a pandemia
101 e outros casos, não tivemos conferência para eleição, devemos formar uma
102 comissão. A comissão precisa ser criada hoje por conta do orçamento. Quem
103 vai participar da comissão da conferência? (Elaine, André DER, Denis, Jane,
104 Ana Maria, Dimas, Sueli, Zuleide e Robson) **Misael:** Proponho que nessa
105 conferência esteja tudo acertado por conta do ano eleitoral. **Ana Carolina:**
106 essa conferência precisa acontecer, uma vez que a lei prevê a eleição dos
107 Conselheiros na Conferência. O artigo 9º, da Lei Estadual n.º 8863/2021, que
108 fala sobre a eleição dos representantes, cita isso. **Jane:** Vamos formar a
109 comissão da conferência. **Robson:** Precisamos pensar bem o orçamento,
110 para chegar nas comunidades. **Misael:** Na vez anterior, foi feito com um
111 certo limite de
112 participação da base. Precisamos da base com uma participação efetiva. A
113 administração é da secretaria executiva. **Denis:** Junto com a reforma
114 administrativa enviaremos as comissões. Devemos fazer a abertura em
115 conjunto com a conferência dos indígenas. **Encaminhamentos:**
116 Encaminhamento da resposta do protocolo via e-mail para acompanhamento
117 dos conselheiros; Encaminhar a comissão organizadora da Conferência junto
118 com a Reforma Administrativa para publicação de Decreto. **Tema:** Comissão
119 de acompanhamento do Licenciamento da Ponte de Guaratuba **Discussão:**
120 **Isabella:** Entrando no ponto da ponte de Guaratuba; criamos comissão de
121 acompanhamento de Guaratuba. **Ana Carolina:** A doutora Dalva que está
122 acompanhando o empreendimento desde o MPPR, em Antonina, gostaria de
123 entrar. **Denis:** Vamos fazer as diligências para pensar um protocolo de
124 consulta à comunidade. Hoje não vamos tensionar o empreendimento em si,
125 vamos só criar a comissão. **Misael:** Focamos nessa questão das comunidades,
126 não só na aplicação do protocolo, mas verificar as promessas do Poder
127 Público. **Dalva:** Posso fazer um questionamento? O papel da comissão é qual?
128 **Robson:** Agora só vamos aprovar a comissão que vai tratar sobre o assunto
129 da ponte. A tarde vai ocorrer novamente. A proposta que se a comissão for
130 aprovada aqui mantemos o ponto de pauta. **Jane:** temos quorum e etc, vamos
131 debater já. **Denis:** Perfeito. **Isabella:** Irei relatar brevemente a reunião que
132 criou a comissão para que se entenda como encaminhamos. O
133 empreendimento informou que tem um prazo de 5 meses para finalizar a
134 elaboração dos Programas Socioambientais. Entendemos que as instruções
135 normativas contemplam duas comunidades na ADA do empreendimento, no
136 entanto eles alegam ter consultado outras sete comunidades, que devem ser
137 consideradas, porém, não tivemos acesso a um relatório específico de cada
138 comunidade, então pensamos na agenda do dia 13, para pensar o protocolo de
139 consulta das comunidades junto com elas, verificar se tem protocolo e auxiliar

140 se não tiver, além de inserir as comunidades na elaboração dos programas
141 socioambientais que já estão em construção. A ideia é que o CPICT fosse até
142 Guaratuba para articular com as lideranças locais pudessem dizer se foram
143 consultadas, se tem protocolos ou se dão anuência e se pretendem participar
144 da elaboração dos programas do empreendimento. **Dalva:** A opinião do
145 ministério público é de que não foi realizada a consulta prévia livre e informada.
146 É importante o trabalho que vocês querem fazer, mas é preciso conhecer esse
147 estudo. No momento o IAT entende que houve a consulta, mas o Ministério
148 Público entende que não. **Denis:** Vamos abrir as deliberações para criação das
149 comissões. Não vamos deliberar sem documentos para tomar ciência.
150 Podemos aprovar a comissão? **Dalva:** Ainda não entendi o objetivo da
151 comissão. **Denis:** Podemos deliberar e discutir sobre isso pela tarde, agora
152 vamos apenas aprovar a comissão. **Dimas:** Reforço que é muito importante a
153 presença do MP. **Elaine:** Quero compor a comissão. Mesa aprova.
154 **Encaminhamentos:** Foi deliberada a formação de agenda, datada para 13 de
155 junho de 2023, com o intuito de contatar as sete comunidades constantes no
156 relatório do empreendimento, verificar a adequação da consulta pública
157 realizada pelo empreendimento às instruções normativas nº 07/2020 e 01/2022
158 do órgão gestor, bem como, se necessário, construir com as comunidades um
159 novo processo de consulta. **Tema:** Audiência Pública da Duplicação da BR-
160 476. **Discussão:** **Dimas:** Alguns Faxinais serão afetados pela obra da
161 duplicação da BR, sendo que os faxinalenses não estiveram presentes na
162 audiência e eles possuem um protocolo próprio, aqui para encaminhar, é
163 importante que a empresa entre em contato com a População Faxinalense pois
164 tem questões que precisam ser combinadas sobre como vai se dar a aplicação
165 do Protocolo. **Denis:** Podemos enviar via AR uma recomendação ao
166 empreendimento junto com o protocolo de consultas dos faxinalenses.
167 **Encaminhamentos:** Foi deliberado o envio de uma recomendação ao
168 empreendimento, para que realize a aplicação do protocolo de consulta próprio
169 dos faxinalenses. **Tema:** Mudança de Gestão, alteração da Lei do CPICT e
170 redistribuição das cadeiras dos Indígenas **Discussão:** **Denis:** Eu sou o
171 indicado pelo Governo. **Robson:** Meu nome é Misael. **Denis:** Temos prioridade
172 em fomentar a conferência e executá-la ainda este ano, a partir da provocação
173 da Ana do MPPR. **Ana Carolina:** A eleição deve ser feita na conferência.
174 Isabella: O MPPR pede que a conferência ocorra. A Secretaria é obrigada a
175 bancar a conferência. Na SEJU havia previsão orçamentária, na SEMI não há.
176 O estudo de custeio existe, usaremos mais os pedidos do Poder Judiciário para
177 liberar a verba de forma política. **Ana Carolina:** A eleição tem que eleger os
178 conselheiros, precisamos pensar numa solução a partir disso. A conferência tem
179 a função de promover a eleição dos representantes dos povos e comunidades
180 tradicionais e possibilitar debate para que o Conselho possa elaborar o Plano
181 Diretor de Políticas Públicas de Povos e Comunidades Tradicionais **Robson:**
182 Temos que fazer várias pré conferências e começar cedo, porque falando pelas
183 comunidades de terreiro, somos muitos, diversos e temos muitas demandas.
184 Sobre a vacância das cadeiras dos indígenas: sugiro aumentar uma

185 cadeira dos povos de terreiro. Os Bantus não estão representados aqui
186 por exemplo, além dos Umbandistas e de diversos outros povos que
187 coexistem. **Dimas:** É um compromisso, senão vem um segmento
188 sobrecarrega o coletivo como um todo. **Robson:** Foram raros os momentos
189 que os povos de terreiros não estavam presentes. Eram duas cadeiras dos
190 indígenas. **Zuleide:** Sugere uma das cadeiras ser caiçara.

191 **Dimas:** Precisamos de critérios para um segmento ter duas cadeiras.
192 Território, organização ou articulação podem ser fatores para se
193 observar nestes casos. **Robson:** Precisamos brigar para ter uma maior
194 representação da sociedade civil. Ilhéus podem ter uma cadeira a mais, a que
195 está em vacância. É um pleito. Caiçaras e ilhéus. **Isabella:** Precisamos de
196 prazo, pois a ocupação das cadeiras dos indígenas pode fragilizar o quórum do
197 coletivo. A questão dos caiçaras, penso ser interessante articular com os
198 representantes pescadores para eles participarem mais das reuniões. **Denis:**
199 precisamos visitar nossos conselheiros. Solicitar encontro regional e promover
200 vivências. **Elaine:** Às vezes os povos precisam dessas reuniões
201 descentralizadas para poder participar. **Encaminhamentos:** Foi deliberada a
202 destinação das cadeiras dos indígenas para Representantes de Religiões de
203 Matriz Africana e Ilhéus do Rio Paraná afetados pelo Parque (xxxx); A nova
204 sigla foi definida como CPCT/PR. Sobre a sigla: tirar o i, manter a pronúncia.

205 **Tema:** Comissão de acompanhamento do Licenciamento da Ponte de
206 Guaratuba (Tarde). **Discussão: Alisson/MRS:** Na reunião em Guaratuba com
207 participação das conselheiras nós fizemos uma introdução sobre o
208 empreendimento, falamos basicamente o que vamos falar aqui. A contratação
209 da ponte de Guaratuba é conduzida pelo DER e a execução da parte ambiental
210 se dá em momentos distintos e responsabilidade distinta. Um estudo foi o
211 EIA/RIMA, nós entramos em um momento um pouco antes da LP para o
212 encaminhamento da licença de instalação, não fizemos o EIA/RIMA só
213 continuamos junto com o DER. Nos processos de licenciamento ambiental
214 dificilmente são as mesmas empresas que fazem os dois processos, foi a MAIA
215 MELO que fez o primeiro contato. **Dra. Dalva/MP:** Como uma empresa que
216 não participou vai falar das reuniões realizadas? **Rodrigo/DER:** Não vamos
217 entrar nesse assunto, a conversa aqui pelo que entendi é o início das
218 atividades da comissão, vamos fazer apresentação para as pessoas que não
219 conhecem tomarem conhecimento. **Misael:** Foi acordado isso para a gente ter
220 conhecimento e que a comissão vai prezar pela aplicação do protocolo de
221 consulta com as comunidades. **Alisson/MRS** A construção desses programas
222 seria em conjunto com os representantes da comunidade, e um pouco do
223 intuito deste conselho para que esses representantes colaborem junto com a
224 comunidade e tragam para discussão seus interesses. **Dra. Dalva/MP:** Não
225 entendi se essa reunião é para tratar sobre os programas ou sobre as oitivas.

226 **Alisson/MRS:** Estamos tratando hoje da continuidade das ações junto com a
227 comunidade para construção dos programas. **Dra. Dalva/MP:** Vocês entendem
228 que a oitiva já foi realizada? Já foi apresentada a forma que foi realizada?
229 **Alisson/MRS:** Não para essa comissão mas foi apresentado durante o

230 processo de licenciamento ambiental. **Misael:** O que houve ali foi audiência
231 pública, não protocolo de consulta, a comissão foi criada agora para
232 implementar o protocolo de consulta. O que se aplica a comunidade tradicional
233 é o protocolo de consulta. **Dra. Dalva/MP:** Para posterior realização das
234 oitivas? É necessário definir qual a aplicação dessa comissão e para que foi
235 criada. **Misael:** Para realizar o protocolo de consulta. **Robson:** Na realidade
236 não estamos aqui pela comissão, podemos até pensar numa melhor
237 organização, aqui é o conselho, estamos misturados, e temos outras pautas.
238 **Dra. Dalva/MP:** Mas a comissão foi criada para qual objetivo? Ela foi criada
239 para que? **Alisson/MRS:** Acompanhar os programas socioambientais da nova
240 ponte. **Isabella:** A ideia era ouvir as comunidades e entender quais protocolos
241 foram aplicados e se não foram quais medidas devem ser tomadas,
242 posteriormente acompanhar os programas junto às comunidades. **Misael:** é
243 para aplicação dos protocolos de consulta, porque a audiência pública não se
244 aplica para comunidades tradicionais. **Dra. Dalva/MP:** Quem propôs a
245 comissão? **Isabella:** O Denis, agora presidente do conselho. **André/DER:** O
246 papel do CPICT aqui é acompanhar e além de atender o protocolo de consulta,
247 se for o caso de incluir outra comunidade, o que já foi levantado né, pois foram
248 levantadas algumas outras que não está no PDS Litoral que não está pelo MP
249 na recomendação. **Dra. Dalva/MP:** Eu não tenho voto né, mas acho que tem
250 que definir como conselho qual o objetivo da comissão, se é criar protocolo
251 para realizar oitivas. O posicionamento do MP é o seguinte: a licença prévia é
252 nula, essa condicionante é inexistente, porque nenhum momento foi realizada a
253 oitiva prévia, então não tem como seguir para programa se não tem oitiva, por
254 isso perguntei qual o protocolo, quantas comunidades foram ouvidas, o MP tem
255 um parecer que já foi encaminhado que identificou 39 comunidades, ouviram 7
256 só caiçaras e nós identificamos outras no raio, não estão entendendo caiçara
257 como comunidade de pescador. Nós não estamos afirmando que todas essas
258 são pois não é papel do MP e sim da comunidade, então acho que cabe à
259 comissão identificar se são ou não, se sim, então devem ser ouvidas, então
260 vejam a falha só no número de comunidade, se pegar as ouvidas, quantas tem
261 protocolo de consulta, por que as outras não foi feita? Esse é o posicionamento
262 MP, não dá para passar de uma segunda fase se não foi feita a primeira.
263 **Dimas:** Ontem até levantei essa questão, o Denis trouxe muito a questão das
264 medidas compensatórias e tem que tomar cuidado com isso porque as vezes
265 isso gera na comunidade a expectativa de que será recompensado, e tem que
266 tomar cuidado, isso na cabeça de alguns companheiros eles vão achar que é
267 um bom negócio, então as medidas compensatórias têm que tomar cuidado
268 como são passadas para as comunidades. **Alisson MRS:** A nível de
269 esclarecimento, tem no início do processo que se deu início às consultas, o que
270 se debateu foi a continuidade do que foi feito pela MAIA MELO, dentro do
271 processo, em uma outra oportunidade foi debatido a questão da existência de
272 outras comunidades e o número que foi apontado aqui foi aproximadamente de
273 50 comunidades que não existem na região. Seguindo a recomendação do MP
274 respondemos que foram consultadas comunidades e foi apontado que na área

275 diretamente afetada, as comunidades Prainha e Caieiras foram consultadas, e
 276 hoje dentro do processo não entendemos que não foram feitas as oitivas mas a
 277 necessidade de continuidade dessas ações. Por isso o IAT coloca para
 278 alinharmos junto ao CPCT para construir os programas em conjunto e as
 279 consultas feitas pela MAIA MELO. **Dra. Dalva/MP:** Mas não houve consulta,
 280 tudo isso eles já têm conhecimento, como já relatei a vocês desde o início, isso
 281 não é uma consulta prévia, vocês tem que falar direto com a comunidade. Isso
 282 não foi feito, vocês definiram a forma, vocês definiram os procedimentos e não
 283 tem como omitir pois está no procedimento, se vocês querem a participação,
 284 tardia, que surgiu depois das reuniões com o MP, vamos voltar atrás e fazer as
 285 oitivas, você acabou de falar que não foram feitas. **Alisson/MRS:** Não falei
 286 isso, a gente apontou que foi iniciada pela MAIA MELO e hoje analisando o
 287 processo de licenciamento ambiental essa consulta foi iniciada com as
 288 comunidades, pode ter pontos pendentes como todos os processos de
 289 licenciamento. **Isabella:** O conselho não acessou o protocolo aplicado para as
 290 comunidades, individualmente, pois soubemos pelo empreendimento que
 291 foram realizados mas nunca chegou pra gente como aconteceu, somente da
 292 Prainha e Caieiras. **Dra. Dalva/MP:** Por isso acho que tem que dar um passo
 293 atrás para saberem como foi feito, só dá para passar por uma fase posterior
 294 depois da realização da oitiva, isso que vocês estão apresentando para eles
 295 não é oitiva e vocês sabem disso pois eu sempre apresentei para vocês.
 296 **Misael:** consulta prévia não foi feita, foi feita audiência pública. **Dimas:** A
 297 consulta livre, prévia e informada é para quem não tem o protocolo e as que
 298 tem é outro procedimento. **Dra. Dalva/MP:** Para auxiliar vocês eu tenho um
 299 estudo que analisou o EIA RIMA na questão das oitivas, eu posso disponibilizar
 300 para o conselho. **Misael:** Vocês tem esse entendimento do que foi feito
 301 audiência pública no geral, mas que nem discutimos ontem, a comissão foi feita
 302 especificamente para aplicação do protocolo de consulta, é isso que vocês
 303 entenderam também? **Alisson/MRS:** O evento se formalizou como consulta livre
 304 prévia e informada. **Gustavo/SUDIS:** Tem que criar um método, para
 305 populações tradicionais é necessário que se siga um protocolo que é um
 306 método de consulta, isso tem que estar explicitado, se não tiver isso não consta
 307 que tenha sido feito. **Rodrigo:** Quem define as comunidades tradicionais?
 308 **Gustavo/SUDIS:** São autodeclaratórias. **Rodrigo:** Nós consultamos o conselho
 309 e não tivemos resposta até hoje. **Alisson MRS:** A resposta foi da mudança de
 310 secretaria que não poderia responder. As pessoas que podem definir são
 311 sociólogos, geólogos, profissionais que podem fazer a busca dessas
 312 sociedades que elaboram esses relatórios, existe um profissional que vai atrás
 313 dessas fontes. **Isabella:** Pelo que eu entendi, essas fontes foram do PDS
 314 Litoral. **Rodrigo:** A gente tinha preparado uma apresentação para nivelar as
 315 apresentações mas não sei se foi esse o caminho. **Alisson:** Vou falar um
 316 pouco da obra, nós já tínhamos explicado um pouco para as conselheiras, as
 317 obras não vão interferir diretamente nas comunidades. Finalizando para Dra.
 318 Dalva sobre as oitivas a gente tem esse material que vocês estão solicitando e
 319 eles estão dentro do processo ambiental. **Dra. Dalva/MP:** Separa os materiais

320 específicos e entrega para eles como foi a metodologia, eu li e sei que não tem.
 321 **Isabella:** Eu não quero falar pelas conselheiras, mas para fim de relato, a
 322 nossa grande preocupação era entender como as comunidades que vocês
 323 citaram foram individualmente ouvidas, e essas informações nós não temos,
 324 justamente porque a função da comissão era juntar as comunidades ao CPICT
 325 para acompanhar. Eu ainda não sei como as comunidades foram ouvidas,
 326 apenas a associação dos amigos da prainha, mas o individual ainda não
 327 acessei. **Gustavo/SUDIS:** As comunidades tradicionais são inscritas no IAT?
 328 **Isabella:** não, é só simbólico. Um dos nossos projetos é fazer um acervo de
 329 todos os protocolos das comunidades. **Ana Carolina/CAOP:** Nós temos todas
 330 as comunidades que têm protocolo de consulta. **Dra. Dalva/MP:** as que não
 331 tem, para que sejam ouvidas tem que fazer o protocolo antes ou o plano. **Ana**
 332 **Carolina/CAOP:** A empresa, o DER e o estado são interessados. Aqui está
 333 tentando fazer a consulta do conselho se quer que se manifeste sobre algo, to
 334 falando isso pra vermos como é algo complexo por tratar de comunidade
 335 tradicional, aqui não estamos entendendo o objeto da consulta, que é
 336 necessária pois nós entendemos que o que a empresa denomina de consulta
 337 prévia não corresponde, mas, de toda forma, vocês estão querendo que o
 338 conselho se manifeste e o conselho está dizendo que é necessário uma
 339 metodologia de consulta pois eles não entendem que foi realizada. Pois é
 340 complexo. **Rodrigo:** Se eu puder pegar o gancho, a nossa ideia é no sentido
 341 da evolução. Que é como você está falando, da dificuldade, o DER entende
 342 que foi feito, se não foi feita de forma adequada, a nossa consideração e o que
 343 a gente propõe é a participação do conselho na evolução, nossa proposta
 344 também era dar continuidade na elaboração dos programas que vão ser feitos
 345 para a comunidade. **Dra Dalva MP:** Ele não foi discutido, vocês já vieram com
 346 o programa pronto. **Rodrigo:** A nossa proposta é essa, a efetiva participação
 347 das comunidades na elaboração do programa, e se tem que criar um protocolo
 348 para retomar as conversas a gente faz isso, é o que deixamos claro no último
 349 documento. Essa é a proposta do empreendedor para dar continuidade da
 350 efetivação da proposta. É o empreendedor que encaminhou ao MP para tentar
 351 impor nossa posição. **Ana Carolina CAOP:** É importante estabelecer uma
 352 metodologia de consulta, é importante que a comunidade diga como quer ser
 353 consultada, aqui o Alisson está dizendo que foram realizadas, se entende que
 354 basta ouvir a empresa ou uma apresentação vai ter um tipo de informação, se
 355 a comunidade entende que quer ter acesso aos documentos tem que se abrir o
 356 debate. Estabelecer previamente a metodologia é uma garantia para o
 357 empreendedor e o órgão licenciador e é importante para as comunidades.
 358 Estou colocando isso para entendermos a importância da consulta prévia, livre
 359 e informada, mas entendo que não está evidente qual o objeto desta comissão.
 360 **Misael:** Aplicar o protocolo da consulta. **Ana Carolina/CAOP:** Sobre o
 361 empreendimento? **Misael:** Sobre o empreendimento, para aplicação efetiva do
 362 protocolo de consulta, no empreendimento foi feita audiência pública e não
 363 protocolo. A comissão é responsável pela aplicação do protocolo de consulta
 364 que não foi feito. A comunidade deve ser ouvida e as dúvidas sobre o

365 empreendimento sanadas, depois faz reunião interna, decide e dá o parecer.
 366 **Dra. Dalva/MP:** Que conste isso na ata, pois tem que colocar o objetivo. A
 367 consulta é para o empreendimento? Uma coisa é orientar o empreendimento,
 368 então veja, isso tinha que ter sido feito lá atrás, ele está propondo aqui a fase
 369 de aplicação dos programas. **Misael:** Alisson estava fazendo uma
 370 apresentação do que já foi feito e a comissão está feita para resolver e aplicar
 371 o protocolo de consulta. **Alisson:** Entendemos que o protocolo foi feito, pois
 372 tudo que o senhor falou está na metodologia do projeto da MAIA MELO. **Dra.**
 373 **Dalva/MP:** Me desculpa, eu participei de tudo, esse traçado não foi definido
 374 depois das oitivas, foi definido antes. Mas vamos fazer assim, apresenta para
 375 ele e vamos ver o que eles decidem. **Alisson:** Mas o que o conselheiro citou
 376 aqui estão na metodologia que foram apresentadas como realização das
 377 oitivas, essas etapas foram executadas, o que se entende que ok, podem ter
 378 lacunas nesse processo, mas, inclusive como vocês pontuaram de ouvir a
 379 comunidade e estabelecer a metodologia nós temos todos os registros aqui. O
 380 que não ficou claro para nós que esses assuntos estavam no processo e
 381 inclusive com essas etapas que a Ana citou foram executadas e estão na
 382 metodologia. **Isabella:** Então assim, tínhamos feito uma agenda para dia 13,
 383 que eu entendi que seria consultar a comunidade, ver se teriam lacunas e o
 384 CPICT dar o suporte e orientação para comunidade no protocolo. De
 385 quem seria a responsabilidade de trazer essas comunidades para que
 386 tenham acesso ao CPICT? Pois o CPICT pode estar representado
 387 entendendo se essas comunidades foram alcançadas para que consigamos
 388 dar o parecer se tiveram ou não o protocolo, como o CPICT pode ajudar a
 389 partir da experiência dos conselheiros? Como isso funcionaria? Ou a empresa
 390 teria que encontrar essas comunidades? As comunidades estão falando se
 391 foram ou não ouvidas? **Ana Carolina/CAOP:** É muita responsabilidade né,
 392 pensando aqui, foi criada
 393 uma comissão né, acho que antes de ir até a comunidade a comissão precisa
 394 ter acesso até o volume 5 para ter acesso ao que o Alisson está falando. A
 395 princípio acho que teria que verificar as 7 comunidades que o estudo diz que
 396 consultou. Lá está escrito que são as 7, o primeiro passo seria verificar quais
 397 tem protocolo. **Dra. Dalva/MP:** Nenhuma dessas tem, podemos afirmar pois o
 398 centro de apoio tem todos os protocolos. Se tiver é só ver se o método que eles
 399 seguiram é o protocolo, aí faz a consulta depois. **Gustavo/SUDIS:** E essas
 400 outras que você acabou citando entre 40 comunidades, qual a fonte? **Dra.**
 401 **Dalva/MP:** Fonte da UFPR, laboratório de geoprocessamento e estudos
 402 ambientais, eu posso disponibilizar. **Ana Carolina/CAOP:** Em relação ao
 403 protocolo uma sugestão, se as comunidades acharem que o protocolo que já
 404 existe serve para elas e que gostariam de ser consultadas, aí pode ser feito um
 405 plano de consulta, que aí diz quantas reuniões, a comunidade vê quem
 406 apresenta, que é mais rápido que o protocolo. **Dimas:** O protocolo de consulta
 407 facilita, mas algumas não têm, e devem passar por essa consulta livre, prévia e
 408 informada, mas não é o protocolo né, nós faxinalenses temos o procedimento
 409 de como se dará esse protocolo. **Alisson/MRS:** então encaminhamos o
 410 documento da MAIA MELO sobre a consulta? **Isabella:** Para análise da

411 comissão, a comissão vê uma forma para que as comunidades possam dar
412 parecer após analisarmos o que foi feito pela empresa, e chamar para falar no
413 conselho para constar em ata. **Misael:** A comissão tem o poder de fazer essa
414 ata. O que ficou acertado é que vocês iam acertar essa reunião logo pois tem
415 comunidade que pode não ter sido consultada. **Isabella:** Sim, para deixarmos
416 tudo acertado. Deixamos para 13 de junho e levamos as 7 comunidades que
417 constam no volume 5. Enquanto assessoria técnica posso fazer essa análise
418 também. Vocês têm todas as consultas e documentos das comunidades?
419 **André:** Sim, esse relatório foi protocolado, 20046317-0 que o IAT pediu para
420 nós então tem o relatório. **Ana Carolina CAOP:** Quando esses documentos
421 são de fato entregues para os conselheiros? Eu olhei a pauta, está no
422 regimento interno que os documentos tem que ser entregues com
423 antecedência então eles tem que ter acesso. **André:** Posso até mandar
424 aqui. **Lucimar:** É bem complexa essa discussão e temos que nos apropriar até
425 porque nós enquanto conselheiros talvez estejamos afastados. Questão de
426 ordem, hoje de manhã nós votamos a favor dessa comissão, hoje de manhã
427 foram votadas duas comissões, então ontem não pode ter sido formada.
428 **Robson:** Acho que ontem foi dividido mais ou menos por interesse. **Lucimar:**
429 acho que nós temos minimamente saber o que está acontecendo, mesmo que
430 estejamos ou não na comissão. **Dra. Dalva/MP:** Então segue pelas 7
431 comunidades, inicia por elas. **Dimas:** Cada comunidade tem sua forma
432 organizativa, que são a porta de entrada. Então já tem alguma para identificar.
433 **Misael:** Vejo que surge uma certa dúvida. Quem é o órgão que define
434 comunidade tradicional? Ninguém, é a comunidade que se autodeclara. Então
435 Isabella, acho que esse levantamento precisa ver se foi feito protocolo de
436 consulta e a própria comissão identificar se existem outras comunidades ou
437 não. Para a empresa, ela achou que fez o protocolo de consulta e não fez, é
438 isso. A comunidade vai se declarar. **Isabella:** Podemos iniciar por essas 7 e
439 que essas 7 possam apontar demais outras. **Misael:** A OIT 169 no art 1 diz
440 que comunidade que se autodeclara, o conselho tem total liberdade de dizer se
441 não é, tem todo um sistema, então quem vai dizer é a comunidade. **Elaine:**
442 reuniões descentralizadas auxiliam em levar informações. **André:** Isso também
443 mostra a importância da conferência estadual. **Ana Carolina/CAOP:** A
444 autoidentificação define, mas quando você vai estudar, a autoidentificação está
445 junto com o direito ao território, ela se relaciona com práticas que estão
446 situadas geograficamente. **Isabella:** Temos uma lista de comunidades que o
447 CPICT precisa conversar com elas para ver se foram consultadas ou não.
448 Podemos encaminhar a agenda do dia 13 para conversarmos com essas
449 comunidades? **Encaminhamentos:** Foi deliberada a formação de agenda,
450 datada para 13 de junho de 2023, com o intuito de contatar as sete
451 comunidades constantes no relatório do empreendimento, verificar a
452 adequação da consulta pública realizada pelo empreendimento às instruções
453 normativas nº 07/2020 e 01/2022 do órgão gestor, bem como, se necessário,
454 construir com as comunidades um novo processo de consulta. A presente ata foi
455 redigida pela Secretaria Executiva Isabella A. Andreola.